



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

Assinado Digitalmente por:
LUIZ WANDERLEI MARSON SARDI:45448710930
PUBLICAÇÃO DIGITAL DO MUNICÍPIO
LOCAL: LUNARDELLI - PARANÁ
Assinado em 22/10/2026 17:11:51
ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO POR ATA DE REGISTRO

Processo administrativo nº	241/2026
Pregão Eletrônico nº	36/2026
Contratante	Município de Lunardelli Todas as Secretarias
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI.
Valor Total da Contratação	R\$ 992.847,70
Critério de Julgamento	MAIOR DESCONTO POR LOTE
Modo de Disputa	Aberto
Da participação	Destinada à AMPLA CONCORRÊNCIA e também à participação EXCLUSIVA de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na forma do artigo 48, incisos I e III da Lei Complementar 123/06.
Da sessão pública do Pregão eletrônico e data limite para apresentação da proposta	Link: www.licitanet.com.br PERÍODO DE PROPOSTAS Recebimento das Propostas: Até às 08h10min 09/11/2026 Abertura das Propostas: Até às 08h15min 09/11/2026 PERÍODO DE LANCES – SESSÃO PÚBLICA Início da sessão disputa de preços: às 08:30 hs do dia 09/11/2026
Edital	O edital com os anexos está publicado nos sites www.licitanet.com.br e www.lunardelli.pr.gov.br para acesso e download por qualquer interessado, sem ônus.
Contatos, informações e e-mail para envio da proposta e documentação:	Contatos: (43) 3478-1145 E-mail: licitacao@lunardelli.pr.gov.br
Legislações utilizadas	- Lei Federal nº 14.133/2021; - Lei Complementar nº 123/2006 - Decretos Municipais de regulamentação e normas aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

I – DO PREÂMBULO:
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026
TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO

LICITAÇÃO COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP), NA FORMA DO ART. 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (PARA OS ITENS COM VALOR ESTIMADO DE ATÉ R\$ 80.000,00), E LOTES DESTINADOS INTEGRALMENTE À AMPLA CONCORRÊNCIA (LOTES 07, 11 E 14), COM APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA DE 25% PREVISTA NO INCISO III DO REFERIDO ARTIGO.

O Município de LUNARDELLI, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, portador do CNPJ nº 78.600.491/0001-07, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Luiz Wanderlei Marson Sardi, sediada na Avenida Dom Pedro II, 195, Centro, CEP: 86.935-000, por intermédio do seu Agente de Contratação e Comissão de Contratação, designados pela Portaria nº 43, de 25 de fevereiro de 2026, que obedecerá às disposições do Artigo 29 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações, O Decreto Municipal nº 3.074/2026 de 26 de dezembro de 2023, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Complementar 155, de 27 de Outubro de 2016, subsidiariamente e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram, TORNA-SE público que realizará licitação na Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Tipo de Licitação: MAIOR DESCONTO POR LOTE, **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI**, a qual será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação, obedecendo ao seguinte calendário:

1.2. FUNDAMENTO LEGAL: O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 3.074/2026, a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 com as alterações contidas na Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, e demais condições estabelecidas neste Edital e Anexos, obedecendo ao seguinte calendário:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:10 hs do dia 09/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:15 hs do dia 09/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 hs do dia 09/11/2026
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: PLATAFORMA LICITANET

1.3. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.

1.4. Para participação na licitação, os interessados deverão acessar a **PLATAFORMA LICITANET**, de acordo com o Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Município de LUNARDELLI.

1.5. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as fases, sendo conduzido pelo Agente de Contratação e Comissão de Contratação designados pela Portaria nº 43, de 25 de fevereiro de 2026.

1.6. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no item 1.2 deste Edital.

1.7. O presente Edital de Pregão Eletrônico estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações, à Avenida Dom Pedro II, 195 – Centro, nesta cidade de LUNARDELLI – Estado do Paraná, publicado no Jornal Tribuna do Norte e no site www.lunardelli.pr.gov.br.

1.8. A retirada do Edital poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, mediante assinatura de recebimento ou pelo site a qualquer momento.

1.9. Até **03 (três) dias** úteis antes da data fixada para a abertura do Pregão, observada a hora de abertura do certame, quaisquer interessados poderão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita e protocolada na Diretoria de Licitações do Município de LUNARDELLI, pelo e-mail: licitacao@lunardelli.pr.gov.br ou pelo sistema www.licitanet.com.br contra cláusulas ou condições do Edital. Manifestações enviadas após o horário final de antecedência não serão aceitas.

1.10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

CÓDIGO / ELEMENTO DA DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO DA DESPESA	RED.
05.012.04.122.0010.2011.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	40
05.012.04.122.0010.2011.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	40
11.047.20.608.0145.2058.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	369
14.057.18.541.0139.2078.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	454
14.057.18.541.0139.2078.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	454
16.025.26.782.0166.2021.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	473
16.025.26.782.0166.2021.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	473

1.11. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 992.847,70 (Novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

- Os valores máximos de **CADA ITEM** constam do **Anexo I** deste Edital.

II – DO OBJETO:

2.1. O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI**, conforme quantidades estimadas e especificações constantes do ANEXO I, que integra o presente Edital.

2.2. As quantidades constantes do ANEXO I serão adquiridas conforme demanda, de forma UNITÁRIA.

2.3. Os proponentes deverão apresentar cotação com **MAIOR DESCONTO POR LOTE**.

III - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO:

3.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta integra o presente Edital na forma de seu Anexo V, a ser firmada entre o Município de LUNARDELLI e o(s) vencedor(es) do certame, terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, nos termos do permitido pelo Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1. A prorrogação da Ata não se dará de modo automático, mas será promovida pelo Departamento de Licitação, somente mediante solicitação/provocação a ser apresentada em tempo hábil (30 dias antes de seu vencimento) pela unidade interessada, ordenadora da despesa, ou órgão gerenciador.

3.1.2. À unidade interessada, ordenadora da despesa, ou ao Órgão Gerenciador, competirá a comprovação do preço vantajoso, conforme art. 23 da Lei 14.133/2021, sendo que tais documentos já deverão estar contidos na solicitação - de que se refere o item anterior - a ser apresentada.

3.1.3. A concessão de reajuste não será automática pela Administração, devendo ser solicitado pelo fornecedor na data-base de reajustamento.

3.1.4. Inexistentes índices de segmentos e setoriais, se for o caso de sua aplicação será adotado o mais vantajoso à Administração, dentre os usuais o IPCA.

3.1.5. Na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

3.1.6. Em nenhuma hipótese será admitida proposta com quantitativos inferiores ao teto máximo previsto no Anexo I para cada item, sob pena de desclassificação imediata do licitante).

3.1.7. Não haverá variações nos preços registrados em decorrência do local de entrega, tamanho do item ou forma de acondicionamento, devendo o preço unitário ser fixo e irrevogável pelo período de vigência da Ata, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas em lei.

3.1.8. As hipóteses, condições e consequências econômicas e administrativas para o cancelamento do registro do fornecedor ou da própria Ata de Registro de Preços encontram-se detalhadamente disciplinadas na cláusula específica da Minuta da Ata (Anexo V deste Edital)

3.2. O vencedor do certame deverá entregar os produtos que lhe forem adjudicados nos prazos e nas formas estabelecidas no Anexo I deste Edital.

3.3. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

3.3.1. O Gestor e Fiscal do contrato desse objeto serão respectivamente os servidores: **FLAVIO DOS SANTOS GAMBAROTTO, ANGELO MARCIO DILLIO, ELSON LUIZ DOS SANTOS E LUCIMAR SOUZA DA SILVA**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Serão consideradas em condições de participação neste Pregão Eletrônico as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da presente licitação.

Os documentos de habilitação deverão ser inseridos no sistema eletrônico juntamente com a Proposta de Preços até a data e horário limites definidos para o recebimento das propostas, procedendo-se à verificação e análise documental apenas em relação ao licitante classificado em primeiro lugar (vencedor da fase de lances), nos termos do art. 63, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.1. Quanto à habilitação:

4.1.2 Os critérios, as exigências e a relação completa dos documentos necessários para a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica das licitantes encontram-se exaustivamente detalhados no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**).

Para fins de participação, qualificação e contratação neste certame, as licitantes deverão observar e atender integralmente a todas as condições, diretrizes e documentos exigidos a partir do item **4.17 Da Habilitação** e seguintes do Termo de Referência, os quais passam a fazer parte integrante e inseparável deste Edital para todos os fins de direito, sob pena de inabilitação.

4.1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO COMPLEMENTARES

4.1.3.1 As empresas licitantes deverão apresentar as seguintes certidões/declarações negativas, expedidas pelos Órgãos abaixo, como documentos complementares de habilitação:

a) Certidão Negativa Correccional (ePAD, CDU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). Certidão pode ser adquirida no site: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

b) Certidão Negativa de Inabilitado para Função Pública, emitida pelo TCU – Tribunal de Contas da União. Certidão pode ser adquirida no site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

4.1.6. A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para o recebimento de proposta deste Edital (data de emissão/expedição e validade), e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentação que não tiverem sido entregues no prazo estipulado no subitem 7.16, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as condições exigidas neste Edital. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios.”

4.1.6.1. Independente da ord. de classificação, todas as licitantes deverão estar com a documentação em dia na data da licitação (no caso das ME, EPP e MEI, mesmo que vencida a data de validade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista), pois caso convocada, deverá apresentar documentação com a data de emissão igual ou anterior a data de abertura da licitação e não com a data da convocação;

4.1.6.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. A falsidade da declaração de que trata os itens ou sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.1.7. As declarações previstas na alínea “e” do subitem 4.1.1 não são substituídas pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral.

4.1.8. O documento a que se refere o item 4.1.3. alínea “b” tem por finalidade apurar a situação econômica e a capacidade financeira da licitante, bem como verificação de seu porte econômico pelo faturamento obtido no exercício anterior, sob pena de desclassificação.

4.2. Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não sendo aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas.

4.3. As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura do Pregão.

4.3.1. Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, consoante o subitem 4.3.1., será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de LUNARDELLI, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.3.2., implicará decadência do direito à contratação, caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato Administrativo, ou revogar a licitação.

4.4. Na presente licitação é vedada participação de empresas em consórcio e a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

4.5. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, nem aquela que esteja suspensa de licitar pelo Município de LUNARDELLI e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

4.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4.7. O impedimento também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.8. A participação neste certame importa ao proponente irrestrita e irrevogável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de utilização e/ou funcionamento.

V – DA FORMA DE CREDENCIAMENTO:

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de serviços.

5.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de cadastramento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitando, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.3 A chave de identificação e a senha das operadoras poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta a empresa **LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas;

5.7 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos.

5.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.9 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida por meio da empresa **LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, pelo e-mail: comercial@licitanet.com.br, pelo site: www.licitanet.com.br ou pelo fone: (34) 2512-6500.

VI – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

6.1. A participação na presente licitação se dará por meio da digitação da senha pessoal do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e o horário limite estabelecidos neste Edital.

6.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitanet.com.br.

6.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação especificadas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus da perda de negócios em decorrência da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

VII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

7.1. A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

7.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.3. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor/percentual.

7.4. Somente serão aceitos lances de maior desconto por lote, ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de plano, aquelas que ofertarem descontos inferiores ao valor mínimo estipulado neste Edital para cada lote, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos neste Edital.

7.7. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.8. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do desconto, em tempo real, do maior desconto registrado.

7.9. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

7.10. A etapa de lances na sessão pública do pregão eletrônico terá duração de dez minutos para disputa utilizando-se o **MODO DE DISPUTA ABERTO**. No modo de disputa aberto, de que trata o Art. 56 da Lei 14.133/2021, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.11. O sistema informará a proposta com (MAIOR DESCONTO POR LOTE), imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de maior desconto.

7.12. Apurado o (MAIOR DESCONTO POR LOTE), todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar:

a) se o (MAIOR DESCONTO POR LOTE) foi proposto por licitante enquadrada ou não como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) comprovando-se que a licitante vencedora não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, se dentre as demais classificadas há presença de empresa que assim se enquadre.

7.13. Consoante o disposto no artigo 44 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.13.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou apresentem descontos que resultem em preços até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço do lote (decorrente do maior desconto) referente à proposta mais bem classificada.

7.14. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, querendo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

apresentar nova proposta de desconto SUPERIOR àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que o objeto licitado será adjudicado em seu favor;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem

7.13.1. na ord. classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique a que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese de não se efetivar a contratação nos termos previstos no item 7.14, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.15. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro efetuará consulta ao cadastro de licitante no site da www.licitanet.com.br, para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta, cabendo ao Pregoeiro verificar ainda o cumprimento das demais exigências para habilitação especificadas no item **IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** deste Edital.

7.16. Os documentos exigidos no item **IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** deste Edital deverão ser anexados na plataforma no prazo findo do recebimento da proposta, em original, cópia autenticada por cartório competente ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

7.17. Se o licitante que apresentar a proposta com (MAIOR DESCONTO POR LOTE) não cumprir às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente na ord. de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido um desconto melhor/maior.

7.18. Constatado o atendimento das exigências estabelecidas neste Edital, o objeto da licitação será adjudicado ao autor da proposta com lance de maior desconto.

7.19. ENCERRADA A ETAPA DE LANCES O LICITANTE VENCEDOR DEVERÁ ENVIAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO PRAZO DE MÁXIMO DE 02 (DUAS) HORAS, APÓS A SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, O MESMO PODERÁ SER ANEXADO NO CAMPO “HABILITANET”. HAVENDO A NECESSIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTOS PARA A CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NESTE EDITAL OU AINDA, DE ENVIO DE DOCUMENTOS NÃO JUNTADOS, MAS QUE COMPROVEM QUE NA DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA O LICITANTE ATENDIA ÀS CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO, O LICITANTE SERÁ CONVOCADO A ENCAMINHÁ-LOS, VIA SISTEMA ELETRÔNICO, NO PRAZO FIXADO PELO PREGOEIRO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO OU DE INABILITAÇÃO.

7.19.1 É FACULTADO AO(A) PREGOEIRO(A) PRORROGAR O PRAZO ESTABELECIDO, A PARTIR DE SOLICITAÇÃO FUNDAMENTADA FEITA NO CHAT PELO LICITANTE, ANTES DE FINDO O PRAZO.

7.20. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, especificamente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Certidão Negativa Correccional (ePAD, CDU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). Certidão pode ser adquirida no site: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

c) Certidão Negativa de Inabilitado para Função Pública, emitida pelo TCU – Tribunal de Contas da União. Certidão pode ser adquirida no site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

7.21. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.22. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.22.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.22.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.22.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

7.23. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.24. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3** deste edital.

7.25. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.26. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.26.1. conter vícios insanáveis;

7.26.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.26.3. apresentar descontos que resultem em preços inexequíveis ou permanecerem com descontos inferiores ao mínimo definido para a contratação;

7.26.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.26.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.27. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (CINQUENTA POR CENTO) do valor orçado pela Administração.

7.27.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.27.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.27.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.28. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.29. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.30. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.30.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.30.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.31. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.32. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.33. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

VIII – DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

8.1. A apresentação de proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente:

a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve do Pregoeiro todas as informações necessárias para a sua formulação;

b) considerou que os elementos desta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado;

c) sendo vencedor da Licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços em todas as fases.

8.2. As propostas apresentadas e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias e indispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e do respectivo termo contratual e devem ser elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus Anexos e os fatores a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

a) deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo mão de obra, seguros, encargos sociais, tributos, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital e do respectivo contrato.

b) especificação do objeto, observadas as características exigidas no presente Edital;

c) validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da apresentação da mesma, podendo ser suspenso esse prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial, e também na fase de apresentação de amostras, se solicitadas;

d) os descontos cotados deverão ser expressos com até 02 (duas) casas após a vírgula.

8.2.1. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e as MARCAS, inclusive com o modelo (quando for o caso), dos produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto.

8.2.2. A proposta de preços deverá ser elaborada observando-se as especificações técnicas mínimas estabelecidas no edital e seus anexos, objeto desta licitação. Será exigido o preenchimento do campo DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital (o código do modelo cotado pela empresa, cor, marcas, medida, referências, tipo, acondicionamento e capacidade/conteúdo da embalagem etc.), em conformidade com as especificações contidas no Anexo - I. A descrição referida, pela empresa, deve ser firme e precisa, demonstrando o preenchimento das características exigidas, sem alternativa de descontos/preços ou qualquer outra condição que induza o julgador a ter mais de um resultado.

8.3. No momento da elaboração e anexação da proposta na plataforma, a empresa arrematante do(s) lotes(s) deverá encaminhar as seguintes declarações:

8.3.1 No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme modelo ANEXO VII).

8.3.2 Certidão simplificada emitida e registrada pela respectiva junta comercial, ou documento equivalente, indicando a condição de ME ou EPP, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias.

8.3.3 de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital (conforme modelo ANEXO VII).

8.4. O Município de LUNARDELLI não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.

8.5. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de representante.

8.6. O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios, nos termos do artigo 156, III § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Para o julgamento das propostas de desconto será adotado o critério de (MAIOR DESCONTO POR LOTE) observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

8.8. Serão desclassificadas de plano as propostas de preços nos termos do Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021 que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem descontos que resultem em preços inexequíveis ou permanecerem com descontos inferiores ao mínimo definido (acima do orçamento estimado) para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

IX – CRITÉRIO DE DESEMPATE:

9.1. Nos termos do Art. 60 da Lei Federal 14.133/2021, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos no [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.2. Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.1.4 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.1.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.2 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.2.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.2.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.3.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.3.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

XII – DOS RECURSOS:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. De acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no Capítulo X, Art. 40 qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema,



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema da Plataforma LICITANET.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente por intermédio da que praticou o ato e protocolados a Diretoria de Licitações da Prefeitura do Município de LUNARDELLI, na Avenida Dom Pedro II, 195, Centro, nesta cidade de LUNARDELLI/PR, pelo e-mail licitacao@lunardelli.pr.gov.br ou pela Plataforma www.licitanet.com.br.

XIII – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.2.6. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato administrativo, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.2.8. Fraudar a licitação ou a execução do objeto.

13.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.3.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.3.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.3.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.3.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013

13.4 Não cumprir o contrato/ata, em especial quando:

13.4.1. Der causa à inexecução parcial do contrato e/ou ata;

13.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato/ata que cause dano grave à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo;

13.4.3 Der causa à inexecução total do contrato/ata;

13.4.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação em motivo justificado;

13.5. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.5.1. Advertência;

13.5.2. Multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

13.5.3. Impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto.

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.6.7. Para as infrações previstas nos itens **13.1.1.** **13.2.** e **13.2.6.** a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6.8. Para as infrações previstas nos itens **13.2.7.** **13.2.8.** **13.3.** **13.3.4.** A multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.6.9 Para infrações previstas no item 13.4.3 será aplicada multa de 20% sobre o valor total do contrato/ata.

13.6.10 Para infrações previstas no item 13.4.1 e 13.4.2 será aplicada multa de 10% a 15% sobre o valor total do contrato/ata.

13.6.11 Haverá multa moratória de 0,33% ao dia sobre o valor total da ata/contrato, limitado ao máximo de 30% do valor da ata de registro de preços licitada, pelo atraso ou demora injustificados de até 02 (dois) dias consecutivos de atraso para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital;

13.6.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6.13. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6.14. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.** **13.2** e **13.2.6.** Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6.15. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.3.1.** **13.3.2.** **13.3.3.** **13.3.4** Bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **13.1.1.** **13.2.** e **13.2.6.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.6.16. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato administrativo, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.2.6.** Caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.6.17. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.6.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.6.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.7. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, além das multas previstas neste Edital, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do cadastro de fornecedores da Prefeitura do Município de LUNARDELLI-PR.

13.8 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

XIV – DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

14.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de LUNARDELLI elaborará o respectivo contrato com a(s) proponente(s) vencedora(s), visando à execução do objeto desta licitação, nos termos da minuta que constitui o Anexo V deste Edital.

14.2. A proponente vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato no Departamento de Compras e Licitação, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

14.2.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela proponente vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município.

14.3. A recusa injustificada da proponente vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, a sujeitará à aplicação das penalidades previstas no **Capítulo XIII** deste Edital, podendo o Município convidar, sucessivamente, por ord. de classificação, as demais licitantes, para assinatura da Ata, após comprovação da compatibilidade de sua proposta e habilitação com esta licitação.

14.4. No ato da contratação, a proponente vencedora deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

14.5. A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade da situação da proponente vencedora junto ao INSS e FGTS.

14.6. Este Edital e seus Anexos integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

14.7. Essa Administração Municipal não se obriga a adquirir os itens registrados dos licitantes vencedores, no todo ou em partes, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do contrato preferência em igualdade de condições, conforme estabelecido no Art. 83, da Lei nº 14.133/2021.

14.8. Os produtos adquiridos pelo Município de LUNARDELLI, através de suas Secretarias, serão pagos pela Setor de Tesouraria, no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital.

XV – DOS PRAZOS E PAGAMENTO:

15.1. O prazo de entrega do objeto é o previsto no Anexo I deste Edital, contado do recebimento da respectiva Nota de Empenho.

15.2. O pagamento pelo fornecimento do objeto licitado será efetuado na forma estabelecida no Anexo I deste Edital.

15.2.1. Os preços unitários referidos são alteráveis desde que seja comprovado com notas fiscais e solicitado junto ao contratante através de aditivo de reequilíbrio econômico financeiro e também pode ser solicitado junta a empresa contratada a redução dos preços solicitado pela contratante todas as vezes se achar necessário.

15.2.2. A alteração ou atualização dos preços registrados será deferido nos termos estipulados na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V).

XVI – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

16.1. O reajustamento dos preços, no âmbito da contratação decorrente deste processo licitatório, será deferido nos termos estipulados na Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V).

XVII – DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Nos termos do Artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

17.2. A Administração do Município de LUNARDELLI convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho) sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Município de LUNARDELLI.

17.4. É facultado à Administração do Município de LUNARDELLI, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ord. de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 90 § 2º da Lei n.º 14.133/2021.

17.5. Caberá a contratada manter-se, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

17.6. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 115 à 123 da Lei n.º 14.133/2021.

17.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 155 da Lei n.º 14.133/2021. Reconhecendo os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 156 da citada lei de licitações.

17.8. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração do



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

Município de LUNARDELLI, nos casos enumerados nos incisos do artigo 138 da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. É vedada a coexistência de mais de uma ata de registro de preços vigente para o mesmo objeto.

XVIII – CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS:

18.1. Caso julgue necessário, a Comissão Técnica de apoio a licitação, poderá solicitar CATÁLOGO e FICHA TÉCNICA DO PRODUTO com as descrições específicas do objeto das empresas classificadas em primeiro lugar, após o término da fase de lances, objetivando verificar se os produtos ofertados atendem as exigências do Edital.

XIX – DA QUALIDADE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

19.1 – Os produtos, objeto desta licitação deverá ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, quando possível, às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as descrições dos itens constantes no Anexo I.

19.2 – A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados e não os atender de acordo com este Edital, incorrerá nas sanções administrativas previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

XX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.1. O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

20.2. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.3. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

20.4. O Município de LUNARDELLI se reserva no direito de revogar, anular ou transferir a presente licitação, em caso de interesse público.

20.5. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

20.5.1. O Município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

20.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a revogação da adjudicação ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

20.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.10. As decisões referentes a este processo de licitação poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão Oficial do Município.

20.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

20.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

20.13. Não cabe a www.licitanet.com.br qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

20.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será a cidade de SÃO JOÃO DO IVAÍ, Estado do Paraná.

20.15. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Setor de Licitações, para melhores esclarecimentos.

20.16. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

licitação e não será devolvida à proponente.

20.17. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.17.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
- b) “prática fraudulenta”: qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ord., ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) “prática colusiva”: uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- d) “prática coercitiva”: prejudicar ou causar dano, ou ameaçar, prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- e) “prática obstrutiva”: (i) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (ii) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

20.17.2. A Administração desclassificará a proposta ou inabilitará o licitante se determinar que este, seus representantes legais, prepostos, funcionários, subcontratados ou prestadores de serviço envolveram-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para a contratação em questão, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis;

20.17.3. A Administração declarará a nulidade do processo licitatório ou rescindir a Ata de Registro de Preços e o contrato dela decorrente se, a qualquer momento, constatar o envolvimento de licitantes, contratados ou de agentes públicos em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou na execução do contrato, promovendo a devida apuração de responsabilidades nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 12.846/2013.

20.18. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

20.19. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos nos termos da legislação vigente.

XXI DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Sobre a condição de subcontratação será definido nos termos da CLAUSULA DECIMA da minuta de contrato.

XXII – DOS ANEXOS:

22.1. Compõem este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO LICITADO;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - PROTOCOLO DE RECEBIMENTO EDITAL;

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI - CADASTRO RESERVA

ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES/IDONEIDADE/NÃO PARENTESCO/RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ANEXO VIII- DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO/ DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESAS QUE NO ANO-CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO, AINDA NÃO TENHAM CELEBRADO CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJO VALORES SOMADOS EXTRAPOLEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

LUNARDELLI, 15 de outubro de 2026.

Robson Messias do Rozario
Diretor de Licitações e Compras
Portaria nº 110/2026





PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Modalidade: PREGÃO
2. Tipo de licitação: ELETRÔNICO
3. Critério de Julgamento: MAIOR DESCONTO POR LOTE.
4. Tipo da Compra: POR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
5. Valor estimado para deste Pregão Eletrônico: **R\$ 992.847,70 (Novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos)**, sendo os valores máximos de cada item os estabelecidos acima. O licitante que apresentar a proposta que apresentar preço superior ao valor máximo aceitável estabelecido no Termo de Referência para os itens será desclassificado.
6. O Termo de Referência, em que consta(m) as especificações e condições, inclusive a(s) justificativa(s) para esta licitação, encontram-se no ANEXO I, sendo parte integrante desta licitação.
7. No valor global da proposta apresentada deverão estar inclusos os Impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas pertinentes à entrega, do(s) objeto(s), bem como aquelas decorrentes de eventual(is) substituição(ões) do(s) mesmo(s).
8. CRITÉRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DAS COMPRAS: A aquisição desse objeto será de forma PARCELADA, conforme demanda do departamento solicitante.
9. As aquisições/compras serão efetivadas, no todo, por esta Prefeitura, de acordo com a sua necessidade e critério.
10. Os produtos ofertados deverão ser de boa qualidade e durabilidade e atender os fins que deles se esperam.
11. As despesas decorrentes de eventual troca do(s) produto/serviço correrão por conta do fornecedor.
12. Quando da efetivação dos produtos, a empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal de acordo com a nota de empenho.
13. Prazo de vigência do contrato: 01 (Um) ano, a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, inclusive o quantitativo inicialmente registrado à critério da administração com base no art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

TR - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS GERAIS

- Processo Administrativo: **241/2026**
- Área Requisitante: **Secretaria de Viação E Serviços Rodoviários**
- Responsável: **Flavio Dos Santos Gambarotto**

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças de fábrica ou genuínas, tendo como base orçamentos adquiridos de concessionárias ou distribuidoras especializadas, para realização da manutenção preventiva e corretiva dos maquinários da linha pesada que estão sob a responsabilidade do município, que já fazem parte da frota oficial da Prefeitura Municipal De Lunardelli.

2.2. Natureza do objeto contratado

O presente objeto caracteriza-se como o fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

2.3. Estimativas de quantidade

2.3.1 Contextualização e Metodologia do Levantamento

Para o dimensionamento das quantidades e estimativa orçamentária referente à aquisição de peças originais ou genuínas para máquinas e veículos pesados, realizou-se um estudo analítico e comparativo dividido em duas etapas fundamentais:

2.3.1.1 Levantamento da Frota Existente: Compilação dos itens integrantes da licitação anterior (Pregão nº 33/2024);

2.3.1.2 Atualização do Levantamento da Frota (2024–2026): Mapeamento e inclusão dos veículos e máquinas pesadas em uso pela municipalidade durante o período de 2024 a 2026.

2.3.2 Análise do Histórico de Execução (Licitação nº 33/2024)

Por tratar-se, à época da Licitação nº 33/2024, da primeira contratação realizada pelo município adotando a

Licitação:33/2024 - Pregão								
Lote	Ordem	Item	Especificação	Fornecedor	Vigência	Valor Unitário	Saldo	Controle
10	1	45143	Trator New Holland TL 5.80 ano 2022	PRIME MECANICA E AUTO PECAS LTDA	20/08/2025	25.000,0000	25.000,0000	VALOR
9	1	45142	Trator LS PLUS 90R ano 2013	PRIME MECANICA E AUTO PECAS LTDA	20/08/2025	40.000,0000	40.000,0000	VALOR
1	1	45135	Pá carregadeira New Holland 12B Ano 2007	TRATOR VALLY PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	20/08/2026	120.000,0000	75.190,1800	VALOR
4	1	45144	Trator Massey Ferguson Serie 3000 – 265 ano 1999	IVAI TRACTORS PEÇAS LTDA ME	20/08/2026	55.000,0000	52.624,0400	VALOR
3	1	45137	Trator Valmet 785 ano 2001	IVAI TRACTORS PEÇAS LTDA ME	20/08/2026	45.000,0000	45.000,0000	VALOR
6	1	45139	Pá Carregadeira Michigan 75 ano 1974	TRATOR VALLY PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	20/08/2026	60.000,0000	60.000,0000	VALOR
7	1	45140	Retroescavadeira XCMG modelo XT870BR ano 2018	PRIME MECANICA E AUTO PECAS LTDA	20/08/2025	80.000,0000	80.000,0000	VALOR
8	1	45141	Retro escaveira Muller ano 2024 - sobre pneus, com pá carregadeira frontal, tração 4x4, motor turbo alimentado a diesel com injeção direta de quatro cilindros em linha e potência bruta Mínima de 85 HP, transmissão com no mínimo quatro marchas	IVAI TRACTORS PEÇAS LTDA ME	20/08/2026	100.000,0000	93.536,1100	VALOR
2	1	45136	Motoniveladora Case 845 ano 2010	TRATOR VALLY PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	20/08/2026	160.000,0000	101.876,4700	VALOR
5	1	45138	Escavadeira Hidráulica Doosan DX180 ano 2015	IVAI TRACTORS PEÇAS LTDA ME	20/08/2026	200.000,0000	191.223,1500	VALOR

sistemática de desconto/percentual sobre a Tabela FIPE, optou-se cautelarmente por licitar 100% do limite estimado para a frota.

Com a execução contratual, procedeu-se à verificação detalhada do saldo remanescente da referida licitação:

- Pá Carregadeira New Holland 12B (Ano 2007): Valor Registrado: R\$ 120.000,00 | Saldo Remanescente: R\$ 75.190,18 (Execução de - 37,3%);
- Motoniveladora Case 845 (Ano 2010): Valor Registrado: R\$ 160.000,00 | Saldo Remanescente: R\$ 101.876,47 (Execução de - 36,3%);
- Demais equipamentos e tratores: Apresentaram baixos índices de consumo ou manutenção do saldo integral (como os Tratores New Holland TL 5.80 e LS PLUS 90R, e a Retroescavadeira XCMG XT870BR com 100% do saldo intacto).

A análise demonstra que os equipamentos de maior exigência operacional atingiram um patamar máximo de utilização próximo a 36% a 40% do saldo contratado, enquanto outros itens demandaram volume significativamente inferior.

2.3.3 Justificativa para a Redimensionamento do Saldo e Eficiência Contratual

Com base nos princípios da eficiência, da razoabilidade e do planejamento público, a simples repetição do percentual integral (100%) implicaria em sobrepreço do orçamento e imobilização desnecessária de margem orçamentária.

Assim, buscando o melhor aproveitamento dos recursos públicos, a mitigação do risco de sobrepreço e o dimensionamento alinhado à demanda real de manutenção da frota, aplicou-se um cálculo atuarial/estatístico baseado no histórico efetivo de consumo da Licitação nº 33/2024.

Por meio desse cálculo, definiu-se uma porcentagem otimizada de saldo estimado a ser contratada por máquina/veículo pesado para o novo certame, garantindo a continuidade do atendimento preventivo e corretivo sem encarecer injustificadamente a estimativa global.

2.3.4 Tabela Demonstrativa da Estimativa de Quantidades/Valores

LOTE 01 CATERPILLAR RETROESCAVADEIRA 416F

Item	Especificação	Qnt.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	CATERPILLAR RETROESCAVADEIRA 416F	1	R\$ 175.000	40%	R\$ 70.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

LOTE 02 FERGUSON TRATOR MASSEY 265

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	FERGUSON TRATOR MASSEY 265	1	199.821,00	40%	R\$ 79.928,40

LOTE 03 LS TRATOR AGRÍCOLA PLUS 90

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	LS TRATOR AGRÍCOLA PLUS 90	1	138.988,00	40%	R\$ 55.595,20

LOTE 04 NEW HOLLAND TRATOR TL5.80

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	NEW HOLLAND TRATOR TL5.80	1	229.235,00	30%	68.770,50

LOTE 05 VALTRA TRATOR VALTRA 785

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	VALTRA TRATOR VALTRA 785	1	143.134,00	40%	57.253,60

LOTE 06 XCMG RETROESCAVADEIRA XCMG XT 870

item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	XCMG RETROESCAVADEIRA XCMG XT 870	1	192.000	40%	76.800,00

LOTE 07 CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K [CHAP055](#)

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K CHAP055	1	430.000	20%	86.000,00

LOTE 08 CATERPILLAR ROLO COMPRESSOR CAT CS 423E

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	CATERPILLAR ROLO COMPRESSOR CAT CS 423E	1	260.000,00	20%	52.000,00

LOTE 09 CATERPILLAR PÁ CARREGADEIRA 924F

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	CATERPILLAR PÁ CARREGADEIRA 924F	1	150.000,00	40%	60.000,00

LOTE 10 DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC	1	275.000	30%	82.500,00

LOTE 11 SEMAX MINI CARREGADEIRA SOBRE RODA RODAS-SX60

Item	Especificação	Qty.	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	SEMAX MINI CARREGADEIRA SOBRE RODA RODAS-SX60	1	180.000,00	40%	72.000,00

LOTE 12 CASE MOTONIVELADORA CASE 845

Item	Especificação	Qty.	Valor total	%	Valor que
------	---------------	------	-------------	---	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

			tabela FIPE		será usado
01	CASE MOTONIVELADORA CASE 845	1	280.000	30%	84.000,00

LOTE 13 MULLER RETROESCAVADEIRA MR406

Item	Especificação	Qnt	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	MULLER RETROESCAVADEIRA MR406	1	300.000	20%	60.000,00

LOTE 14 PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B ANO

Item	Especificação	Qnt	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	Pa carregadeira New Holland 12b ano	1	160.000,00	40%	64.000,00

LOTE 15 PA CARREGADEIRA MICHIGAN 75 ANO

Item	Especificação	Qnt	Valor total tabela FIPE	%	Valor que será usado
01	Pa carregadeira Michigan 75 ano	1	60.000,00	40%	24.000,00

2.3.5 Os quantitativos previstos neste Termo de Referência são estimativos e não obrigam a Administração à sua contratação integral, que ocorrerá de acordo com a necessidade administrativa, salvo em casos de contratos já celebrados.

2.4 Prazo de validade do Contrato/Ata

2.4.1. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada, incluindo seus quantitativos inicialmente registrados, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. A vigência dos **contratos** decorrentes desta Ata será definida no respectivo instrumento contratual, contemplando o prazo necessário para a entrega, e o período correspondente à garantia e manutenção.

2.5 Fundamentação da contratação

A presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços de manutenção preventiva e corretiva na frota de máquinas e veículos de porte pesado do Município de Lunardelli/PR. Historicamente, o atendimento a essa demanda era viabilizado pelo contrato decorrente do Processo Licitatório nº 33/2024, que possuía objeto idêntico ao almejado neste certame. Ocorre que o referido instrumento contratual teve sua vigência encerrada recentemente, gerando a urgência de deflagração de novo procedimento licitatório para suprir a demanda contínua e ininterrupta da Administração Pública.

Por se tratar de maquinário submetido a severas condições de uso contínuo, desgastes e eventuais avarias mecânicas ocorrem de forma inevitável. A ausência de um instrumento contratual vigente para o pronto atendimento desses consertos implicaria a paralisação imediata dos equipamentos, gerando descontinuidade nos serviços públicos essenciais e causando prejuízos diretos à população de Lunardelli. Dessa forma, a abertura deste novo processo licitatório fundamenta-se no dever de continuidade do serviço público, na preservação do patrimônio municipal e na garantia de pronta resposta operacional às demandas da cidade.

2.6 Há legislação especial a ser seguida para esta contratação?

(X) Não

() Sim.

2.7 O objeto caracteriza-se como bem de fornecimento contínuo?

A aquisição de peças genuínas ou originais para maquinário e veículo pesado caracteriza-se como bem de fornecimento contínuo nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de insumo indispensável e permanente para o funcionamento e manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas do Município. A descontinuidade no seu fornecimento acarretaria a paralisação de serviços públicos essenciais, tais como obras e manutenção nas ruas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

2.8 Em caso de prorrogação do contrato ou da vigência da Ata de Registro de Preços, haverá a renovação dos quantitativos inicialmente contratados/registrados?

Sim, na hipótese de formalização e eventual prorrogação do Contrato Administrativo firmado para o fornecimento contínuo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, haverá a renovação dos quantitativos inicialmente registrados mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso e haja tratamento prévio no PCA.

Essa medida de planejamento estratégico visa garantir que a Administração disponha de margem quantitativa suficiente para absorver plenamente a demanda do segundo exercício de manutenções corretivas e preventivas, evitando o desabastecimento e o fracionamento de novas licitações para o mesmo objeto.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 - A aquisição de peças de fábrica ou genuínas, com valor total estimado de R\$ 992.847,70 (novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), está condicionada aos termos das tabelas abaixo, e demais exigência estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 CATERPILLAR RETROESCAVADEIRA 416F

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	CATERPILLAR RETROESCAVADEIRA 416F	Unid	1	8,13%	R\$ 70.000,00

LOTE 02 FERGUSON TRATOR MASSEY 265

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	FERGUSON TRATOR MASSEY 265	Unid	1	8,38%	R\$ 79.928,40

LOTE 03 LS TRATOR AGRÍCOLA PLUS 90

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	LS TRATOR AGRÍCOLA PLUS 90	Unid	1	6,88%	R\$ 55.595,20

LOTE 04 NEW HOLLAND TRATOR TL5.80

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	NEW HOLLAND TRATOR TL5.80	Unid	1	12,25%	68.770,50

LOTE 05 VALTRA TRATOR VALTRA 785

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	VALTRA TRATOR VALTRA 785	Unid	1	9,38%	57.253,60

LOTE 06 XCMG RETROESCAVADEIRA XCMG XT 870

item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	XCMG RETROESCAVADEIRA XCMG XT 870	Unid	1	11,88%	76.800,00

LOTE 07 CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K [CHAP055](#)

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K CHAP055 Cota de Ampla Concorrência	Unid	1	8,13%	64.500,00

Lote 08 CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K [CHAP055](#)

Item	Especificação	Unid	Qnt.	Desconto Estimado	Valor total
01	CATERPILLAR MOTONIVELADORA CAT 120K CHAP055 Cota Exclusiva ME/EPP. Lei Complementar nº 123/2006	Unid	1	8,13%	21.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

Art. 48 inciso III.

LOTE 09 CATERPILLAR ROLO COMPRESSOR CAT CS 423E

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	CATERPILLAR ROLO COMPRESSOR CAT CS 423E	Unid	1	8,13%	52.000,00

LOTE 10 CATERPILLAR PÁ CARREGADEIRA 924F

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	CATERPILLAR PÁ CARREGADEIRA 924F	Unid	1	8,13%	60.000,00

LOTE 11 DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC Cota de Ampla Concorrência	Unid	1	7,50%	61.875,00

Lote 12 DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	DOOSAN ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DX 180LC Cota Exclusiva ME/EPP. Lei Complementar nº 123/2006 Art. 48 inciso III.	Unid	1	7,50%	20.625,00

LOTE 13 SEMAX MINI CARREGADEIRA SOBRE RODA RODAS-SX60

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	SEMAX MINI CARREGADEIRA SOBRE RODA RODAS-SX60	Unid	1	9,63%	72.000,00

LOTE 14 CASE MOTONIVELADORA CASE 845

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	CASE MOTONIVELADORA CASE 845 Cota de Ampla Concorrência	Unid	1	11,62%	63.000,00

Lote 15 CASE MOTONIVELADORA CASE 845

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	CASE MOTONIVELADORA CASE 845 Cota Exclusiva ME/EPP. Lei Complementar nº 123/2006 Art. 48 inciso III.	Unid	1	11,62%	21.000,00

LOTE 16 MULLER RETROESCAVADEIRA MR406

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	MULLER RETROESCAVADEIRA MR406	Unid	1	10,10%	60.000,00

LOTE 17 PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B ANO

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
01	Pa carregadeira New Holland 12b	Unid	1	13,3%	64.000,00

LOTE 18 PA CARREGADEIRA MICHIGAN 75 ANO

Item	Especificação	Unid	Qty.	Desconto Estimado	Valor total
------	---------------	------	------	-------------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

01	Pa carregadeira Michigan 75 ano	Unid	1	15,38%	24.000,00
----	---------------------------------	------	---	--------	-----------

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Especificações Técnicas e Padronização das Peças

- Procedência e Genuinidade: As peças e componentes fornecidos deverão ser obrigatoriamente de fábrica, originais ou genuínos, novos, de primeiro uso e em linha de fabricação, fabricados rigorosamente segundo as especificações do fabricante da máquina.
- Proibição de Recondicionados: É terminantemente vedado o fornecimento de peças recondicionadas, remanufaturadas, reprocessadas, falsificadas ou reaproveitadas.
- Comprovação de Origem: No ato da entrega, a contratada deverá apresentar documento fiscal acompanhado do termo de garantia, código do fabricante impresso e embalagem original que comprove a procedência direta da concessionária ou distribuidora autorizada.

4.2. Garantia Técnica das Peças (Mínimo de 90 Dias)

- Prazo de Garantia: A contratada deverá fornecer garantia técnica formal com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do serviço e da peça instalada na máquina, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor.

4.3. Prazos de Entrega, Execução e Substituição em Garantia

- Prazo de Entrega e Execução: O prazo total para o fornecimento das peças é de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pelo município.
- Prazo para Substituição de Itens com Defeito: Caso qualquer peça fornecida ou substituída apresente vício, avaria, incorreção ou defeito no ato da entrega ou durante o período de garantia, a contratada deverá efetuar a devida substituição no prazo máximo de 07 (sete) dias, sem qualquer custo adicional para o município.

4.5. Há necessidade de amostra para o julgamento da proposta em relação ao licitante provisoriamente vencedor?

- () Sim
(X) Não

4.6. Serviços agregados

A presente contratação restringe-se ao fornecimento de peças genuínas ou originais, não englobando a prestação de serviços de aplicação ou manutenção durante a execução da ata de registro de preços.

4.7. Prazo de garantia dos produtos

- 4.7.1. O prazo de garantia legal obrigatório para todos os produtos e estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90 é de 90 (noventa) dias para reclamar de vício ou defeito de produto não durável.
- 4.7.2. O custo referente ao transporte das peças cobertas pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 4.7.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.8. Prazo de vida útil do produto na entrega

- 4.8.1 No ato do recebimento, as peças deverão apresentar prazo de validade/vida útil remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses do seu prazo total de validade, contado a partir da data da entrega efetiva no local indicado pela Administração.
- 4.8.2 Todos os produtos deverão trazer impressos, de forma visível, indelével e legível, em suas embalagens originais de fábrica:
- a) A data de fabricação;
 - b) O número do lote de produção;
 - c) O prazo de validade ou a data limite para utilização segura.
- 4.8.3 Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos com prazos de validade vencidos, rasurados, adulterados, com embalagens violadas, sem rótulo ou que apresentem prazo de vida útil remanescente inferior ao estabelecido nesta especificação técnica.

4.9. Reparação e substituição em caso de defeitos

- 4.9.1. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição das peças automotivas que apresentarem



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas no prazo de até 07 (sete), contados a partir do recebimento da notificação formal expedida pela Administração.

4.9.2. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada do Contratado, desde que aceita pelo Contratante e que não comprometa a continuidade dos serviços públicos essenciais operados pela frota municipal.

4.11. Haverá exigência de Garantia da Contratação, Bens duráveis ou Validade?

☒ (X) Não haverá exigência de Garantia da Contratação.

☐ () Sim, haverá exigência de Garantia da Contratação.

Justificativa para a não exigência da garantia da contratação:

A dispensa da exigência de garantia contratual (prevista como facultativa no art. 96 da Lei nº 14.133/2021) justifica-se pela própria natureza da execução via Sistema de Registro de Preços (SRP). O fornecimento das peças ocorrerá de forma fracionada e estritamente sob demanda. Como não haverá nenhum tipo de pagamento antecipado – sendo a liquidação e o pagamento condicionados à prévia entrega, e aceite definitivo por parte da fiscalização –, o risco de dano financeiro ao erário por inexecução encontra-se significativamente mitigado.

4.12. Será permitido a subcontratação do objeto contratual?

4.12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista que o objeto a ser contratado não possui execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades.

4.13. Será permitido a participação de consórcios?

☐ () Sim

☒ (X) Não

Justificativa sobre a vedação da participação de consórcios:

Para a contratação em tela, que visa à aquisição de peças de reposição para a frota municipal mediante a aplicação do maior percentual de desconto sobre a tabela oficial do fabricante, a vedação justifica-se plenamente em razão de o objeto possuir natureza comum, padronizada e sem complexidade técnica ou operacional extraordinária. O mercado fornecedor do segmento automotivo e de peças de reposição é composto por um amplo universo de microempresas, empresas de pequeno porte e demais sociedades empresariais que atuam de forma isolada e possuem capacidade operacional e financeira suficiente para atender integralmente às demandas do município.

A formação de consórcios destina-se, primordialmente, a viabilizar a participação de licitantes em objetos de grande porte, alta complexidade tecnológica ou valores vultosos, nos quais empresas isoladas não conseguiriam preencher isoladamente as exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira. No presente caso, permitir a consorciação para a entrega sob demanda de peças de consumo comum não traria vantagens operacionais à Administração e, contrariamente, poderia restringir a competitividade ao estimular a junção de empresas concorrentes que teriam plena capacidade de disputar o certame individualmente.

Ademais, sob a ótica administrativa, a vedação simplifica a gestão do registro de preços, o controle das ordens de fornecimento, a verificação da garantia legal das peças e a apuração de eventuais responsabilidades civis por vícios ou danos aos veículos e maquinários municipais. Portanto, com o objetivo de preservar a ampla competitividade do mercado local e regional, prevenir a concentração de fornecedores e assegurar a eficiência e a economicidade do processo, conclui-se pela adequação e conveniência técnica em vedar a participação de empresas em consórcio neste certame.

4.14. Da adesão à ata de Registro de Preços

☐ () Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame

☒ (X) Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame

☐ () Não se aplica

Justificativa sobre a adesão à ata de registro de preços

A vedação à adesão da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes justifica-se pelo fato de o quantitativo licitado e as especificações técnicas terem sido dimensionados de forma personalizada e exclusiva para atender à demanda da frota de veículos e máquinas de porte pesado do



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

Município de Lunardelli.

A aquisição de peças originais ou genuínas para máquinas pesadas e veículos de grande porte exige estrita consonância com os manuais dos fabricantes, códigos de catálogo das montadoras e regimes severos de uso específicos dos equipamentos públicos municipais (como tratores, retroescavadeiras, pás carregadeiras, motoniveladoras e caminhões). A inclusão de demandas externas por carona, mediante adesão tardia à ata, comprometeria a logística de suprimento, a capacidade de atendimento do fornecedor credenciado, o planejamento orçamentário e a garantia do fornecimento contínuo desses componentes de alta complexidade e custo. Esse equilíbrio é essencial para a preservação do patrimônio público municipal e para a manutenção ininterrupta dos serviços essenciais de infraestrutura e obras prestados à população local.

4.15. Indicação de marcas ou modelos:

Na presente contratação, não será admitida a indicação ou preferência de marca por parte da Administração Pública. No momento do pedido de fornecimento, as empresas detentoras da ata deverão apresentar a tabela oficial atualizada emitida por concessionária, distribuidora autorizada ou pelo próprio fabricante, a fim de comprovar o valor de mercado sobre o qual incidirá o percentual de desconto registrado. Ademais, a contratada deverá garantir o pleno funcionamento e a perfeita compatibilidade das peças fornecidas pelo período previsto na legislação vigente, responsabilizando-se integralmente por eventuais vícios, defeitos ou danos causados aos veículos e equipamentos em decorrência da manutenção efetuada.

4.16. Informações sobre a entrega dos produtos

4.16.1. Local da entrega

O fornecedor deverá entregar o(s) item(ns) adquirido(s), em horário de expediente, sendo de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, nas dependências da Secretaria Municipal de Administração (ou nos demais Departamentos e Secretarias do Município, conforme expressamente indicado na respectiva Ordem de Fornecimento), localizada no seguinte endereço: Avenida Dom Pedro II, 195, Centro, CEP 86935-000, em Lunardelli, Paraná.

A entrega formal dos produtos dar-se-á na unidade acima mencionada, mediante assinatura e carimbo com o número da matrícula do servidor responsável pela Unidade, em canhoto, datado, em caráter provisório. O responsável pelo recebimento fará análise prévia e posteriormente a unidade gestora efetuará o atesto de recebimento definitivo.

4.16.2. Prazo

Tendo em vista tratar-se de aquisição executada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com entregas parceladas e sob demanda, conforme a conveniência e a necessidade de cada Secretaria ou Departamento Municipal, o acionamento para o fornecimento dar-se-á mediante emissão de Ordem de Fornecimento específica. O prazo máximo para a entrega completa dos materiais será de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela Contratada.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, restando as situações de caso fortuito e força maior.

4.16.3. Responsáveis pelo recebimento

O recebimento e a fiscalização do objeto serão realizados pelo Gestor e Fiscal do Contrato, servidor formalmente designado pela Administração que possua qualificação técnica com a natureza da contratação, em estrito atendimento ao art. 117 da Lei nº 14.133/21.

Caberá a este profissional o acompanhamento rigoroso da entrega e da instalação, detendo total autonomia para recusar de imediato quaisquer materiais, equipamentos ou serviços que se mostrarem inadequados, de baixa qualidade ou em desconformidade com as especificações técnicas exigidas.

4.17. Habilitação

4.17.1. Jurídica

- pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.17.2. Fiscal e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes e de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e/ou Municipal (ou Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor, conforme o caso e a natureza da atividade desempenhada, compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.17.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.17.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.17.3. Econômico financeira

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício 2025, já exigíveis e apresentados na forma da lei (nº 6.404/76 art. 176) (devidamente Registrado na Junta Comercial da UF, da sede da Licitante ou com emissão através do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital)), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

4.17.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.17.5 Documentos de habilitação complementares

- a) Declaração de não existência de trabalhadores menores/idade/não parentesco/reserva de cargos para pessoas com deficiência;
- b) Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação/ declaração de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação e declaração de micro empresas que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujo valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.18. O objeto possui exigências a serem feitas após a entrega?

Sim, haverá exigências após a entrega. A contratação envolve obrigações pós-fornecimento indispensáveis à segurança operacional da frota e à integridade do patrimônio público municipal, compreendendo a prestação de garantia legal e contratual contra vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inadequação técnica, a substituição sem custos adicionais de itens em desacordo com as especificações exigidas e a responsabilidade contínua por desconformidades identificadas após o recebimento provisório.

Ademais, tratando-se da aquisição de peças originais ou genuínas para máquinas e veículos de porte pesado, a empresa contratada deverá assegurar a perfeita compatibilidade técnica dos componentes fornecidos com os manuais dos fabricantes, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados a motores, transmissões ou sistemas hidráulicos em decorrência de defeitos nas peças entregues.

Por fim, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a contratada deverá cumprir as obrigações de logística reversa quando aplicável, responsabilizando-se pela coleta e destinação ambientalmente adequada das peças avariadas substituídas e de suas embalagens.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O modelo de execução observará as seguintes fases cronológicas:

5.1. Avaliação Técnica Prévia, Emissão e Envio da Ordem de Fornecimento

Antes da emissão de qualquer Ordem de Fornecimento, o responsável designado pelo Secretário solicitante deverá acionar o mecânico especializado, contratado por meio do Pregão Eletrônico nº 60/2025 (relativo aos serviços de manutenção e instalação de peças). Após a avaliação técnica e diagnóstico no equipamento, o mecânico indicará formalmente a listagem exata das peças necessárias para o conserto ou manutenção.

De posse do diagnóstico técnico, a Secretaria solicitante emitirá a Ordem de Fornecimento, registrando detalhadamente o tipo de máquina, marca, modelo, número do chassi e demais especificações do veículo de porte pesado. Ao encaminhar a solicitação à empresa vencedora deste certame por meio do canal oficial de comunicação, caberá a esta apresentar o documento técnico específico correspondente ao veículo/máquina a ser atendido, contendo os códigos de catálogo, as descrições detalhadas das peças originais ou genuínas requeridas e as suas respectivas quantidades.

5.2. Solicitação de Cotação e Conferência de Preço

A partir da demanda enviada pela Secretaria solicitante, a empresa detentora da Ata apresentará a tabela oficial de preços atualizada, emitida pela concessionária ou fabricante do veículo/equipamento, referente às peças solicitadas. Caberá à Administração proceder à conferência prévia da tabela para certificar que os itens solicitados e os seus respectivos preços unitários estão condizentes com os praticados no mercado e com os termos da contratação antes do faturamento.

5.3. Entrega e Recebimento Provisório

A entrega das peças e componentes deverá ser realizada no local e prazo estipulados no edital, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Fornecimento. No momento do descarregamento, será realizado o recebimento provisório pelo servidor responsável ou comissão designada, que efetuará a verificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

preliminar da integridade das embalagens, da nota fiscal e da correspondência quantitativa dos itens entregues.

5.4. Inspeção Técnica e Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após rigorosa verificação da qualidade, autenticidade e compatibilidade técnica das peças com os manuais e códigos de catálogo da montadora responsável pela máquina ou veículo de porte pesado. As peças deverão ser atestadas pelos fiscais de contrato em até 5 (cinco) dias úteis. Caso constatada qualquer inconformidade, defeito de fabricação ou divergência em relação ao padrão original/genuíno exigido, o lote será rejeitado e a contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 7 (sete) dias, sem ônus adicional ao Município.

5.5. Garantia Operacional, Assistência Técnica e Logística Reversa

Após o recebimento definitivo e a aplicação da peça no veículo ou maquinário pesado, inicia-se a fase pós-fornecimento. A contratada responderá integralmente pela garantia legal e contratual contra vícios ocultos ou defeitos de fabricação, obrigando-se a substituir a peça defeituosa e a reparar eventuais danos causados aos componentes do equipamento (motores, transmissões ou sistemas hidráulicos) decorrentes do produto fornecido. Paralelamente, quando couber, a contratada deverá observar os procedimentos de logística reversa e destinação ambientalmente adequada das peças substituídas e embalagens pós-consumo, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (PNRS).

5.6. Liquidação e Pagamento

A liquidação e a liberação do pagamento estarão expressamente condicionadas à confirmação de que as peças entregues e os preços faturados estão plenamente condizentes com a solicitação da Secretaria, mediante atesto do recebimento definitivo pelos fiscais do contrato. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente acompanhada da comprovação do desconto registrado na Ata de Registro de Preços aplicado sobre a tabela oficial da concessionária/fabricante, além das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições Gerais

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.1.6. A assinatura da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar a quantidade total estimada das contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.2. Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.2.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.2.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

6.2.4 Gestor e Fiscal da Execução

GESTOR	
Nome	Flavio Dos Santos Gambarotto



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

Cargo	Secretario
Matrícula	10000221
Secretaria	Manutenção da Divisão Rodoviária
Telefone	(43)3478-11-45
E-mail	administracao@lunardelli.pr.gov.br

	FISCAL	FISCAL
Nome	Angelo Marcio Dillio	Elson Luiz Dos Santos
Cargo	Diretor Do Departamento De Meio Ambiente	Motorista D
Matrícula	10000244	29331
Secretaria	Meio Ambiente	Manutenção da Divisão Rodoviária
Telefone	43 9117-5478	(43) 3478-11-45
E-mail	blautsma@outlook.com	administracao@lunardelli.pr.gov.br

	FISCAL
Nome	Lucimar Souza Da Silva
Cargo	Secretário Municipal De Agricultura
Matrícula	10000216
Secretaria	Agricultura
Telefone	(43) 3478-11-45
E-mail	administracao@lunardelli.pr.gov.br

6.4. Atribuições do gestor de contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.5. Atribuições do fiscal de contrato

6.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.5.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.5.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.5.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.6. A fiscalização será realizada mediante:

- (X) Conferência quantitativa no ato da entrega;
- (X) Conferência qualitativa das especificações;
- (X) Verificação da marca/modelo ofertados;
- (X) Verificação da documentação exigida;
- () Testes de Funcionamento

6.7. Descrição de como ocorrerá a fiscalização na entrega

A fiscalização na entrega das peças originais e genuínas para máquinas e veículos de porte pesado será realizada pelo Fiscal do Contrato ou Comissão de Recebimento em duas etapas consecutivas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

No ato da entrega, ocorrerá o recebimento provisório, ocasião em que será feita a conferência quantitativa e qualitativa do pedido em relação à nota fiscal e à Ordem de Fornecimento, inspecionando a integridade das embalagens, os códigos de catálogo do fabricante, a marca/modelo do componente ofertado, bem como a apresentação da tabela oficial de preços atualizada para comprovação do desconto aplicado.

Em até 5 (cinco) dias úteis, o fiscal ou equipe técnica realizará a análise conclusiva para a emissão do recebimento definitivo, verificando a perfeita compatibilidade técnica da peça com o manual e a estrutura do veículo ou maquinário de porte pesado, podendo solicitar laudo ou atestado de autenticidade emitido pela montadora ou concessionária em caso de suspeita de falsificação ou adulteração.

Caso sejam identificadas avarias, incompatibilidades, marcas não autorizadas ou inconformidades técnicas, a remessa será recusada provisoriamente, devendo a contratada promover a substituição das peças no prazo de até **07 (sete) dias**, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

6.8. Em caso de desconformidade, serão adotadas as seguintes providências:

- (X) Recusa do recebimento
- (X) Substituição do produto;
- (X) Correção do fornecimento;
- (X) Abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades
- () Outras providências:

6.9. Fluxo de comunicação entre gestor e fiscal

Toda comunicação relevante, solicitações de apoio, registros de incidentes, solicitações de substituição de produtos ou abertura de chamados técnicos deverá ser realizada preferencialmente por meios oficiais, garantindo a rastreabilidade e a formalização das orientações entre o Gestor e os Fiscais.

6.10. Recebimento Provisório;

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.10.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório,



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

6.11. Recebimento definitivo;

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.11.1. - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.11.2. - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.11.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.12. Canais de comunicação entre contratantes

São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- i. Ordem de Fornecimento de Bens;
- ii. Ata de Reunião;
- iii. Ofício;
- iv. Sistema de abertura de chamados;
- v. E-mails e Cartas;
- vi. Mensagem Eletrônica.

6.12.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Liquidação

7.1.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#);

7.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

7.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2. Prazo para Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#);

7.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

7.3. Forma de Pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4. Haverá Antecipação de Pagamento

(X) Não.

() Sim.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

(X) Pregão Eletrônico.

() Pregão Presencial.

Os itens a serem licitados são classificados como comuns, haja vista possuírem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade passíveis de definição em Edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

A escolha por Pregão Eletrônico deve-se a maior abrangência de empresas interessadas em participar do processo licitatório, já que não necessita que a empresa se locomova fisicamente a este município, atingindo assim o princípio da competitividade, que tem por objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, além de reduzir o tempo gasto para a contratação, incitando a competição entre os fornecedores, desburocratizando o processo aquisitivo, e obtendo maior controle gerencial das despesas.

8.2. Critério de julgamento

() Menor preço por item;

() Menor preço por lote;

(X) Maior Desconto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

A opção pelo critério de julgamento por Maior Desconto justifica-se pela imprevisibilidade da demanda quantitativa e pela expressiva diversidade de componentes que integram a manutenção preventiva e corretiva da frota de máquinas e veículos pesados.

A adoção de critérios como Menor Preço por Item ou por Lote mostra-se inviável e antieconômica, haja vista a impossibilidade técnica de prever pontualmente quais peças apresentarão desgaste ou avaria ao longo da vigência contratual. Cotar centenas de itens de forma individual tornaria o certame excessivamente burocrático, ao passo que a fixação de lotes estimativos poderia induzir ao "jogo de planilhas", comprometendo a higidez do processo.

Dessa forma, a escolha do Maior Desconto, revela-se a modelagem mais vantajosa para a Administração Pública. Essa metodologia previne o risco de sobrepreço, assegurando que a incidência do percentual ofertado sobre os valores de referência do mercado resulte na proposta efetivamente mais econômica. Além disso, garante o padrão de excelência e a padronização técnica da frota, uma vez que as empresas licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar a relação completa das peças autorizadas ou homologadas pela montadora/fabricante. Trata-se de exigência indispensável para assegurar o fornecimento exclusivo de itens originais ou genuínos de alta qualidade, evitando avarias precoces, mantendo a garantia do maquinário e preservando o interesse público, em estrita observância aos princípios da eficiência, economicidade e eficácia esculpidos na Lei nº 14.133/2021.

8.3. Modo de disputa

- ☒ (X) Aberto
- ☐ () Fechado
- ☐ () Aberto e fechado

Justificativa para a escolha do modo de disputa

A adoção do modo de disputa aberto justifica-se por ser o modelo que melhor fomenta a competitividade e a economicidade no âmbito do Pregão Eletrônico. Nesta modalidade, os licitantes têm a oportunidade de apresentar lances públicos e sucessivos, com vistas a cobrir as ofertas de menor preço já registradas, o que estimula uma disputa dinâmica, transparente e em tempo real entre os concorrentes. Essa interatividade contínua reduz significativamente os preços ofertados, assegurando que o Município alcance a proposta mais vantajosa e econômica para cada item de tecnologia e segurança, em estrita consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Lei Complementar 123/2006 - Haverá tratamento diferenciado e benefícios para Micro e Pequenas Empresas – MPE?

- ☐ () Não, sem benefícios para MPE.
- ☐ () Sim, a Licitação será exclusiva para MPE.
- ☐ () Sim, a Licitação será exclusiva para MPE local.
- ☐ () Sim, a Licitação será exclusiva para MPE regional.
- ☐ () Sim, com desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência.
- ☒ (X) Benefício diferente por item (item destinado à Ampla Concorrência) conforme indicado na tabela de preços deste Termo de Referência - Lei 14.133/2021.

Justificativa: A adoção de tratamento diferenciado fracionado por item fundamenta-se nos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para os itens cujo valor estimado de contratação não ultrapasse o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), assegurando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, conforme detalhado no quantitativo e na tabela de itens deste Estudo Técnico Preliminar.

Por outro lado, os itens cujo montante estimado supere o referido limite legal serão destinados à Ampla Concorrência, garantindo a competitividade e a economia de escala para a Administração Pública, sem, contudo, afastar as garantias legais conferidas às MPEs. Nessas cotas de ampla concorrência, as ME, EPP e MEI devidamente qualificadas farão jus aos benefícios transversais previstos nos Arts. 42 a 45 da LC nº 123/2006, tais como o direito ao desempate ficto e o prazo estendido para regularização fiscal e trabalhista.

Dessa forma, a modelagem adotada concilia a ampliação da competitividade, a obtenção da proposta mais vantajosa e o cumprimento do dever legal de incentivo às micro e pequenas empresas, sem prejuízo à celeridade e à eficiência da execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

8.5. Rito Procedimental

- ☒ Comum
☐ Com inversão de fases

8.6. Modo de execução

- ☐ Por Aquisição
☒ Por Sistema de Registro de Preços

Justificativa: pelas características do objeto, há necessidade de contratações permanentes ou frequentes; é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; - é conveniente para atendimento a mais de um departamento ou secretaria caracterizado inclusive em compras centralizadas;

8.7. A composição de custos unitários, obtido de forma combinada dos parâmetros anteriormente mencionados, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, e de acordo com as justificativas apresentadas no Estudo Técnico preliminar, calculado:

- ☒ pela Média
☐ pela Mediana
☐ pelo Menor Preço

Justificativa

A adoção da média aritmética para a composição do custo unitário estimado justifica-se por ser o parâmetro estatístico que melhor reflete a tendência central do mercado e o valor justo de comercialização dos itens licitados.

Considerando que a metodologia de pesquisa adotada já realizou o expurgo prévio dos valores atípicos — ou seja, os orçamentos manifestamente inexecutáveis e aqueles excessivamente elevados —, a média consolida-se como a métrica mais equilibrada.

Portanto, a adoção da média garante a atratividade comercial e a competitividade do edital, assegurando simultaneamente a proteção do erário contra sobrepreços, em estrita observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência pacificada dos órgãos de controle.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Cesta para formação de preços composta por:

A cesta de preços para a elaboração do valor estimado da presente contratação foi composta de forma combinada e fundamentada nos parâmetros estabelecidos pelo artigo 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, utilizaram-se dados oriundos do Sistema Banco de Preços e de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, com buscas efetuadas em bases oficiais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Compras.gov.br, observando-se estritamente o prazo máximo de até 1 (um) ano contado da data de homologação das respectivas licitações, nos termos do inciso I do referido artigo.

Complementarmente, foi realizada pesquisa direta com fornecedores do ramo, mediante a obtenção de, no mínimo, 3 (três) orçamentos válidos emitidos com antecedência inferior a 6 (seis) meses em relação à data de divulgação do edital, cuja escolha restou devidamente motivada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme faculta o inciso IV.

Por fim, a pesquisa foi enriquecida com a consulta à Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas (NFE) usando o Sistema Banco de Preços, considerando operações praticadas no período máximo de até 1 (um) ano, nos moldes previstos no inciso V, garantindo assim uma amostragem ampla, consistente e condizente com a realidade de mercado.

9.2. Orçamento Sigiloso?

- ☐ Sim
☒ Não

9.3. Os preços contratados poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), na forma da Lei 14.133, mediante simples apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

9.4. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido, desde que demonstrada a ocorrência das hipóteses legais e observado o disposto no art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133.

9.5. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor contratado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANEJAMENTO

10.1. A contratação está prevista no PCA?

- (X) Sim
() Não

10.2. Identificação no PCA

O objeto encontra-se previsto no PCA 2026, conforme itens e páginas indicados no quadro abaixo, considerando que a contratação atenderá diversas secretarias municipais usuárias da frota, publicado no diário oficial da Prefeitura municipal de Lunardelli/PR em 09/03/2026 no link https://www.controlemunicipal.com.br/site/diario/publicacao.php?id=300952&id_cliente=102

Órgão	Item	Página
Secretaria de Meio Ambiente	15	26
Secretaria de Viação E Serviços Rodoviários	16	31
Secretaria de Administração	16	35
Secretaria de Agricultura	08	17

Ademais, a inclusão deste item no PCA 2026 confirma a existência de prévio planejamento logístico e orçamentário, assegurando que a demanda foi analisada sob a ótica da eficiência, eficácia e economicidade, estando integrada à programação de gastos da Secretaria requisitante.

10.3. Classificação orçamentária da despesa

CÓDIGO / ELEMENTO DA DESPESA	FONTE	DESCRIÇÃO DA DESPESA	REDUZ...
05.012.04.122.0010.2011.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	40
05.012.04.122.0010.2011.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	40
11.047.20.608.0145.2058.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	369
14.057.18.541.0139.2078.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	454
14.057.18.541.0139.2078.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	454
16.025.26.782.0166.2021.3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	473
16.025.26.782.0166.2021.3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	473

11. OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações da Contratante

11.1.1. Designar formal e legalmente um servidor(a) devidamente capacitado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais necessários para a perfeita execução do objeto desta licitação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

11.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

11.1.3. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Edital;

11.1.4. Rejeitar os produtos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e Edital;

11.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

11.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

11.1.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos adquiridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

11.1.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta-corrente, cumprindo todos os requisitos legais.

11.1.09. Essa Administração Municipal não se obriga a adquirir os itens registrados dos licitantes vencedores, no todo ou em partes, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para aquisição de um ou mais itens, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme estabelecido em legislação vigente.

11.2. Obrigações da Contratada

11.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

11.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

11.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

11.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

11.2.5. Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

11.2.6. Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

11.2.7. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

11.2.8. Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O cometimento de infrações e a aplicação de sanções administrativas observarão estritamente os procedimentos, o contraditório, a ampla defesa e as tipificações previstos nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como no regulamento específico do Decreto Municipal nº 3.074/2026.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente e do regulamento municipal, o licitante ou contratado que incorrer em qualquer das condutas descritas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Consoante o art. 156, serão aplicadas ao responsável pelas infrações **administrativas previstas naquela lei, as seguintes sanções:**

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;
- d) Multa;

12.4. Os percentuais das multas (moratórias e compensatórias), bem como as regras de dosimetria, prazos de defesa e recursos, seguirão os parâmetros objetivos e limites preestabelecidos no **Decreto Municipal nº 3.074/2026**, calculados sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor total do contrato/ordem de fornecimento, conforme a gravidade da infração.

12.5. Fica expressamente dispensada a aplicação de penalidades decorrentes de atraso na apresentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ou reposição de garantia contratual, tendo em vista a não exigência de tal instrumento neste certame, conforme item 4.11 deste Termo de Referência.

12.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, podendo as penalidades de advertência, impedimento e inidoneidade serem aplicadas cumulativamente com a multa.

12.7. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF ou sistema de regularidade equivalente. Os endereços informados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações comprovadamente enviadas.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou em sistemas cadastrais equivalentes adotados pelo Município.

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

13. EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?

- (x) Sim
() Não

14. RESPONSÁVEIS

Glaucia Caramalac Lopes Cordeiro
Matrícula: 1000227
Responsável pelo Termo de Referência

Flavio Dos Santos Gambarotto
Matrícula: 10000221
Secretaria de Serviços Rodoviários

Lunardelli, 22 de outubro de 2026.

15. Maiores esclarecimentos:

- Assuntos relacionados à especificação produtos: telefone (43) 3478-1145.
- Assuntos relacionados aos documentos e ao edital: telefone (43) 3478-1145 – Setor de Licitações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação desta Comissão de Licitação a nossa proposta de preços relativa ao Pregão Eletrônico Por Ata de Registro em epígrafe cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI**, que serão adquiridos de forma PARCELADA, através do Pregão eletrônico nº 36/2026, Processo administrativo nº241/2026, constantes no Anexo I que contém as especificações técnicas e comerciais que possibilitarão o preparo das propostas.

Discriminar o objeto, conforme relação do Anexo I, CONSTANDO, necessariamente: lote, quantidade, descrição, marca (se houver), e o **Percentual de Desconto Ofertado** (COM NO MÁXIMO DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA):

- ✓ O prazo de execução do objeto é de 12 (doze) meses, se houver interesse de ambas as partes este Contrato poderá ser prorrogado por igual ou superior período mediante termo aditivo ao contrato.
- ✓ Prazo mínimo da validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- ✓ O pagamento será efetuado conforme requisição, em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal, devidamente vistada pelo órgão interessado.

Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipuladas em Edital.

Atenciosamente,

_____, em _____ de _____
Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa





PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E ANEXOS

EMPRESA: _____

CNPJ/MF: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: (____) _____

OBJETO: _____, que serão utilizados de acordo com as necessidades, através do Pregão eletrônico nº 36/2026, constantes no Anexo I que contém as especificações técnicas e comerciais que possibilitarão o preparo das propostas.

Obtivemos, nesta data, através da Divisão de Compras e Licitações desta municipalidade, cópia do instrumento convocatório da licitação supramencionada.

Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura e a sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirado do Edital e remetê-lo ao Setor de Licitação por meio do endereço eletrônico licitacao@lunardelli.pr.gov.br ou ser entregue diretamente à Divisão de Licitações desta Prefeitura Municipal.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Lunardelli-PR à responsabilidade de comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, _____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa





PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

MODELO DE PROCURAÇÃO

LOGOTIPO DA EMPRESA

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA _____, com sede na Rua _____, nº _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob nº _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente (ou gerente) Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade, R.G. nº _____ e do CPF/MF, sob nº _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão Eletrônico nº 36/2026, instaurado pelo Município de Lunardelli-PR, em especial para firmar declarações e atas, formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local, _____, de _____ de 2026.

Nome do Responsável Legal
Outorgante





PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º «Número Contrato»/«Ano Contrato»

A Prefeitura Municipal de Lunardelli, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº195 na cidade de Lunardelli, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 78.600.491/0001-07, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal Sr. **LUIZ WANDERLEI MARSON SARDI**, inscrito no CPF nº **454.487.109-30**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 36/2026, publicada no dia 00 de 00/00/2026, processo administrativo n.º 241/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI**, especificados no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação nº 36/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: «nome_fornecedor», pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº «Cnpj_cpf_fornecedor», com sede na «Endereço_fornecedor», CEP «Cep_fornecedor», «Bairro_fornecedor», em «Cidade_Fornecedor» -«Estado_Sigla_Fornecedor», neste ato representada pelo Sr. «Nome_Representante», portador da CI/RG nº «Rg_Representante» da «Órgão_Emissor_Representante» e inscrito no CPF/MF nº «Cpf_Representante», residente e domiciliado em «Cidade_Fornecedor» -«Estado_Sigla_Fornecedor»

«Itens_Contrato»

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, inclusive os quantitativos inicialmente registrados mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. DO REAJUSTE

5.2.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de homologação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Após o interregno de um ano, e observando os princípios da economicidade, vantajosidade, legalidade e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, o reajuste será realizado mediante pedido do contratado. Nessa hipótese, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2.2 O reajuste, desde que solicitado pelo fornecedor nos termos constantes no edital, poderá ser viabilizado pela Administração mediante simples apostilamento, conforme dispões o artigo 136 da lei 14.133/2021.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

O descumprimento das cláusulas dessa ata ensejará a aplicação das sanções previstas em edital.

9.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.4 Nos termos do decreto 12174/2024, A Contratada se compromete:

A cumprir integralmente as normas de proteção ao trabalho, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, especialmente no que tange à segurança e saúde no trabalho de seus empregados e prestadores de serviço, em consonância com as exigências da legislação vigente.

9.5 A erradicar qualquer prática de trabalho análogo ao de escravo e trabalho infantil, assumindo as seguintes obrigações:

- a)** Não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- b)** Não utilizar trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme previsto na legislação pertinente;
- c)** Não submeter menores de dezoito anos à realização de trabalho noturno, em condições perigosas ou insalubres, e à execução de atividades incluídas na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- d)** A estabelecer mecanismos adequados para a recepção e o tratamento de denúncias relacionadas a discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e ético para todos os seus trabalhadores.
- e)** Ser solidariamente responsável por quaisquer atos ou omissões de empresas subcontratadas que resultem em descumprimento das obrigações trabalhistas e de proteção ao trabalho estabelecidas neste contrato, nos termos da legislação aplicável.

10 - GARANTIA DE EXECUÇÃO E VALIDADE/GARANTIA DOS PRODUTOS (art. 92, XII e XIII).

10.1 Não será exigida garantia de execução.

10.2 Será exigida a garantia legal de 90 (noventa) dias para os produtos adquiridos a partir do recebimento.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.1.2 A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (DUAS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Lunardelli, «data_assinatura»

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
Assinaturas

«nome_fornecedor» - «Cnpj_cpf_fornecedor»

«Nome_Representante» - «Cpf_Representante»

Prefeito Municipal

454.487.109-30 – LUIZ WANDERLEI MARSON SARDI



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO VI

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	% de Desconto
XX	XX	XX	XX	XX

FORNECEDOR: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	% de Desconto
XX	XX	XX	XX	XX

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

Item	Especificação	Unid.	Quant.	% de Desconto
XX	XX	XX	XX	XX





PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

Observação: Ao redigir a presente Declaração o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES/IDONEIDADE/NÃO PARENTESCO/RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

À

Prefeitura Municipal de Lunardelli.
Comissão Municipal de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026:

_____, (nome da empresa) _____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, CNPJ _____, DECLARA:

✓ Que não mantém em seu quadro de pessoal trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que a empresa não possui menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

✓ Não ter recebido do Município de LUNARDELLI ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal;

✓ Para efeito de participação no processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2026**, da Prefeitura Municipal de Lunardelli, que não mantém em seu quadro societário ou emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de servidores, quer sejam de cargo em confiança ou estatutário, de direção e de assessoramento, de membros ou servidores vinculados ao Setor de Finanças, Compras e Licitações do Município de Lunardelli, conforme o disposto no inciso IV do artigo 14 da Lei 14.133/21.

✓ Que na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica, conforme o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21.

Sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2026**, do fornecimento dos produtos/serviços licitados, no prazo previsto.

em, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Responsável) /Carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI

ESTADO DO PARANÁ

Av. Dom Pedro II, 195 - CEP 86.935-000 - Lunardelli/Pr
Fone (43) 3478 1145 – licitacao@lunardelli.pr.gov.br
CNPJ: 78.600.491/0001-07

ANEXO VIII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026

TIPO DA COMPRA: ATA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

Observação: Ao redigir a presente Declaração o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO/ DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESAS QUE NO ANO-CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO, AINDA NÃO TENHAM CELEBRADO CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJO VALORES SOMADOS EXTRAPOLEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

À

Prefeitura Municipal de Lunardelli-PR

Comissão Municipal de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2026

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA:

✓ Que se sujeita às condições estabelecidas no Edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

✓ Conforme preceitua o art. 63, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE FÁBRICA OU GENUÍNAS, PARA REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS MAQUINÁRIOS DA LINHA PESADA QUE ESTÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE LUNARDELLI**, conforme descrição constante do ANEXO I.

✓ Sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de MICROEMPRESA, conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que: a) a receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) e II (EPP) do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006; b) não tem nenhum dos impedimentos do parágrafo 4º do artigo 3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2026.



(Assinatura do Responsável) /Carimbo